Sumário

Introdução

( ) 1. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A 2ª FASE DO EXAME DA ORDEM
1.1 Orientações específicas

PARTE I – Resumo dos Principais Temas de Direito Penal Material

( ) 1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE DIREITO PENAL
1.1 Princípio da legalidade ou reserva legal (art. 1º do CP e art. 5º, XXXIX, da CF)
1.2 Princípio da intervenção mínima
1.3 Princípio da humanidade ou dignidade da pessoa humana
1.4 Princípio da pessoalidade ou intranscendência das penas (art. 5º, XLV, da CF)
1.5 Princípio da individualização das penas (art. 5º, XLVI, da CF)
1.6 Princípio da lesividade
1.7 Princípio da culpabilidade ou responsabilidade penal subjetiva

( ) 2. TEORIA DA NORMA
2.1 Espécies de norma penal
2.1.1 Leis penais incriminadoras
2.1.2 Leis penais não incriminadoras
2.1.3 Lei penal em branco
2.1.4 Leis excepcionais/temporárias (art. 3º do CP)
2.2 Lei penal no tempo
2.3 Lei penal no espaço
2.3.1 Lugar do crime (art. 6º do CP)

( ) 3. CLASSIFICAÇÃO DE CRIMES
3.1 Quanto ao sujeito ativo
3.1.1 Crime comum
3.1.2 Crime próprio
3.2 Quanto ao momento de consumação
3.2.1 Crime instantâneo
3.2.2 Crime permanente
3.3 Quanto à forma de consumação
3.3.1 Crime material
3.3.2 Crime formal
3.3.3 Crime de mera conduta
3.4 Quanto à conduta omissiva
3.4.1 Crime omissivo próprio (omissão própria ou pura)
3.4.2 Crime omissivo impróprio ou comissivo por omissão (omissão imprópria ou impura)

( ) 4. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE OU NEXO CAUSAL
4.1 Conceito

( ) 5. *ITER CRIMINIS*
5.1 Etapas
5.1.1 Cogitação

5.1.2 Preparação
5.1.3 Atos executórios ou execução
5.1.4 Consumação
5.2 Espécies de tentativa
5.2.1 Grupo 1
5.2.2 Grupo 2
5.3 Institutos relacionados ao *iter criminis*
5.3.1 Desistência voluntária (art. 15 do CP)
5.3.2 Arrependimento eficaz (art. 15 do CP)
5.3.3 Arrependimento posterior (art. 16 do CP)
5.3.4 Crime impossível (art. 17 do CP)

( ) 6. TEORIA DO CRIME
6.1 Fato típico
6.2 Elemento subjetivo geral dos tipos penais
6.2.1 Dolo
6.2.1.1 Espécies de dolo
6.3 Crime culposo
6.3.1 Elementos do tipo culposo
6.3.2 Espécies de culpa
6.4 Ilicitude ou antijuridicidade
6.4.1 Excludentes de ilicitude
6.4.1.1 Estado de necessidade (art. 24 do CP)
6.4.1.2 Legítima defesa (art. 25 do CP)
6.4.1.3 Estrito cumprimento do dever legal
6.4.1.4 Exercício regular de direito
6.4.1.5 Consentimento do ofendido
6.4.2 Teses de defesa em excludentes de ilicitude
6.5 Culpabilidade
6.5.1 Conceito
6.5.2 Elementos integrantes da culpabilidade
6.5.2.1 Imputabilidade
6.5.2.2 Potencial conhecimento da ilicitude
6.5.2.3 Exigibilidade de conduta diversa
6.5.3 Excludentes da culpabilidade e do crime
6.5.3.1 Causas de inimputabilidade
6.5.3.2 Erro de proibição (art. 21 do CP)
6.5.3.3 Inexigibilidade de conduta diversa

( ) 7. TEORIA DO ERRO
7.1 Erros essenciais: espécies
7.1.1 Erro de tipo incriminador (art. 20, *caput*, do CP)
7.1.2 Erro do tipo permissivo (erro *sui generis*)
7.1.3 Erro de proibição (art. 21 do CP)
7.2 Erros acidentais
7.2.1 Erro sobre a pessoa (art. 20, § 3º, do CP)
7.2.2 Erro de execução ou *aberratio ictus* (art. 73 do CP)
7.2.3 *Aberratio criminis*

( ) 8. CONCURSO DE PESSOAS (OU DE AGENTES)
8.1 Conceito
8.2 Autoria
8.2.1 Espécies de autoria
8.3 Participação
8.3.1 Formas de participação
8.3.2 Participação de menor importância (art. 29, § 1º, do CP)

8.3.3 Cooperação dolosamente distinta (art. 20, § 2º, do CP)

( ) 9. CONCURSO DE CRIMES
9.1 Espécies
9.1.1 Concurso material (art. 69 do CP)
9.1.2 Crime continuado (art. 71 do CP)
9.1.3 Concurso formal perfeito ou próprio (art. 70, 1ª parte)
9.1.4 Concurso formal imperfeito ou impróprio (art. 70, 2ª parte)

( ) 10. TEORIA DA PENA
10.1 Pena privativa de liberdade
10.1.1 Execução das penas privativas de liberdade
10.1.2 Regime inicial de cumprimento de pena (art. 33, § 2º, do CP)
10.1.3 Trabalho prisional
10.1.3.1 Aspectos fundamentais da remição
10.2 Penas restritivas de direitos (art. 43 do CP)
10.3 Pena de multa (art. 49 do CP)

( ) 11. PRESCRIÇÃO
11.1 Espécies de prescrição
11.1.1 Prescrição da pretensão punitiva (PPP)
11.1.2 Prescrição da pretensão executória (PPE)
11.2 Características do prazo prescricional
11.3 Causas interruptivas da prescrição (art. 117 do CP)
11.4 Causas de suspensão da prescrição (art. 116 do CP)
11.5 Subespécies de prescrição da pretensão punitiva (art. 110, § 1º, do CP)

( ) 12. CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP)
12.1 Espécies de crimes contra a honra
12.1.1 Calúnia (art. 138 do CP)
12.1.2 Difamação (art. 139 do CP)
12.1.3 Injúria (art. 140 do CP)
12.2 Ação penal nos crimes contra a honra (art. 145 do CP)

( ) 13. ESCUSAS ABSOLUTÓRIAS (ARTS. 181 A 183 DO CP)
13.1 Conceito
13.2 Hipóteses
13.3 Requisitos e restrições

PARTE II – Das Peças Profissionais

( ) 1. LIBERDADE PROVISÓRIA
1.1 Conceito
1.2 Fundamentos legais e constitucionais
1.3 Requisitos da liberdade provisória
1.4 Liberdade provisória com fiança
1.5 Liberdade provisória sem fiança
1.6 Aspectos formais
1.7 Modelo de liberdade provisória com fiança
1.8 Modelo de liberdade provisória sem fiança
1.9 Casos práticos

( ) 2. RELAXAMENTO DA PRISÃO EM FLAGRANTE
2.1 Conceito
2.2 Fundamentos legais e constitucionais do pedido de relaxamento da prisão em flagrante
2.3 Aspectos formais
2.4 Modelo de relaxamento de prisão em flagrante
2.5 Peça prático-profissional da OAB

( ) 3. REPRESENTAÇÃO
- 3.1 Conceito
- 3.2 Noções gerais
- 3.3 Fundamentos legais
- 3.4 Aspectos formais
- 3.5 Modelo de representação

( ) 4. PEDIDO DE EXPLICAÇÕES
- 4.1 Noções gerais
- 4.2 Fundamento legal
- 4.3 Aspectos formais
- 4.4 Modelo de pedido de explicações

( ) 5. QUEIXA-CRIME
- 5.1 Conceito
- 5.2 Noções gerais
- 5.3 Princípios que regem a queixa-crime
- 5.4 Querelante
- 5.5 Procuração com poderes especiais
- 5.6 Prazo para o oferecimento da queixa-crime
- 5.7 Fundamentos legais
- 5.8 Competência
- 5.9 Aspectos formais
- 5.10 Modelo prático
- 5.11 Peça prático-profissional da OAB

( ) 6. DEFESA PRELIMINAR DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO
- 6.1 Conceito
- 6.2 Noções gerais
- 6.3 Fundamentos legais
- 6.4 Aspectos formais
- 6.5 Modelo de defesa preliminar de funcionário público
- 6.6 Casos práticos

( ) 7. DEFESA PRELIMINAR – LEI DE DROGAS
- 7.1 Conceito
- 7.2 Noções gerais
- 7.3 Fundamentos legais
- 7.4 Aspectos formais
- 7.5 Modelo de defesa preliminar na Lei de Drogas
- 7.6 Casos práticos

( ) 8. DA RESPOSTA ESCRITA À ACUSAÇÃO
- 8.1 Noções gerais
- 8.2 Prazo
- 8.3 Fundamentos legais
- 8.4 Aspectos formais
- 8.5 Resposta escrita à acusação no rito do júri
- 8.6 Modelo prático
- 8.7 Peças prático-profissionais da OAB

( ) 9. MEMORIAIS ESCRITOS OU ALEGAÇÕES FINAIS ESCRITAS
- 9.1 Noções gerais
- 9.2 Fundamentos legais
- 9.3 Aspectos formais
- 9.4 Alegações finais no rito do júri
- 9.5 Modelo prático

9.6 Peças prático-profissionais da OAB

( ) 10. DOS RECURSOS E DA COMPETÊNCIA RECURSAL
- 10.1 Conceito
- 10.2 Competência recursal da justiça comum estadual
- 10.3 Competência recursal da justiça comum federal
- 10.4 Reformatio *in pejus* (art. 617 do CPP)
  - 10.4.1 Espécies de *reformatio in pejus*
- 10.5 Tempestividade
- 10.6 Regularidade procedimental
- 10.7 Recursos no Juizado Especial Criminal
  - 10.7.1 Noções sobre o Juizado Especial Criminal
  - 10.7.2 Recurso extraordinário e recurso especial no Juizado Especial Criminal
  - 10.7.3 Outras medidas no Juizado Especial Criminal

( ) 11. APELAÇÃO
- 11.1 Conceito
- 11.2 Noções gerais
- 11.3 Fundamentos legais
- 11.4 Apelação subsidiária
- 11.5 Apelação no Juizado Especial Criminal
- 11.6 Aspectos formais
- 11.7 Modelo prático
- 11.8 Peças prático-profissionais da OAB

( ) 12. CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO
- 12.1 Noções gerais
- 12.2 Fundamentos legais
- 12.3 Aspectos formais
- 12.4 Modelo prático
- 12.5 Casos práticos

( ) 13. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
- 13.1 Conceito
- 13.2 Noções gerais
- 13.3 Fundamentos legais
- 13.4 Aspectos formais
  - 13.4.1 Hipóteses de interposição de recurso em sentido estrito
  - 13.4.2 Outra hipótese de cabimento de recurso em sentido estrito
- 13.5 Processamento do recurso em sentido estrito
- 13.6 Modelo prático
- 13.7 Peças prático-profissional da OAB

( ) 14. CONTRARRAZÕES AO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
- 14.1 Noções gerais
- 14.2 Fundamentos legais
- 14.3 Aspectos formais
- 14.4 Modelo prático
- 14.5 Casos práticos

( ) 15. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE
- 15.1 Embargos infringentes
- 15.2 Embargos de nulidade
- 15.3 Noções gerais
- 15.4 Da necessidade de declaração de voto
- 15.5 Fundamentos legais
- 15.6 Aspectos formais dos embargos infringentes e de nulidade

15.7 Efeitos
15.8 Modelo prático
15.9 Caso prático

( ) 16. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
16.1 Conceito
16.2 Fundamentos legais para os embargos em primeiro grau
16.3 Fundamentos legais para os embargos em segundo grau
16.4 Noções gerais
16.5 Embargos no Jecrim (art. 83 da Lei 9.099/1995)
16.6 Embargos de declaração no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça
16.7 Aspectos formais dos embargos contra decisão ou sentença de primeiro grau
16.8 Aspectos formais dos embargos de declaração contra acórdão
16.9 Modelo prático – embargos em 1º grau
16.10 Casos práticos
16.11 Modelo prático – embargos em 2º grau
16.12 Casos práticos

( ) 17. MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA PENAL – LEI 12.016/2009
17.1 Conceito
17.2 Noções gerais
17.3 Fundamentos legais
17.4 Aspectos formais
17.5 Modelo de mandado de segurança
17.6 Caso prático

( ) 18. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL
18.1 Conceito
18.2 Fundamento constitucional do recurso ordinário constitucional para o STF e noções gerais
18.3 Fundamento constitucional do recurso ordinário constitucional para o STJ e noções gerais
18.4 Aspectos formais do recurso ordinário constitucional
18.5 Modelo de recurso ordinário constitucional
18.6 Caso prático

( ) 19. RECURSO ESPECIAL
19.1 Noções gerais
19.2 Fundamentos legais e constitucionais
19.3 Aspectos formais
19.4 Modelo de recurso especial
19.5 Caso prático

( ) 20. RECURSO EXTRAORDINÁRIO
20.1 Conceito
20.2 Fundamentos legais
20.3 Repercussão geral
20.4 Aspectos formais
20.5 Modelo de recurso extraordinário
20.6 Caso prático
20.7 Súmulas
20.7.1 Supremo Tribunal Federal
20.7.2 Superior Tribunal da Justiça

( ) 21. REVISÃO CRIMINAL (ARTS. 621 E SS. DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL)
21.1 Conceito
21.2 Noções gerais
21.3 Revisão criminal
21.4 Hipóteses para o ingresso da revisão
21.5 Fundamentos legais (arts. 621 e ss. do Código de Processo Penal)

21.6 Aspectos formais
21.7 Modelo de revisão criminal
21.8 Peça prático-profissional da OAB

( ) 22. CARTA TESTEMUNHÁVEL
22.1 Conceito
22.2 Noções gerais
22.3 Fundamentação legal
22.4 Aspectos formais
22.5 Modelo de carta testemunhável
22.6 Caso prático

( ) 23. REABILITAÇÃO CRIMINAL
23.1 Conceito
23.2 Fundamentos legais (arts. 93 e ss. do Código Penal)
23.3 Aspectos formais
23.4 Observações finais
23.5 Modelo de reabilitação criminal
23.6 Caso prático

( ) 24. *HABEAS CORPUS*
24.1 Conceito
24.2 Noções gerais
24.3 *Habeas corpus* (art. 5°, LXVIII, da CF e arts. 647 e ss. do CPP)
24.3.1 Espécies de *habeas corpus*
24.4 Fundamentos legais e constitucionais
24.5 Aspectos formais
24.6 *Habeas corpus* no STF
24.7 Modelo de *habeas corpus*
24.8 Casos práticos
24.9 Súmulas relativas ao *habeas corpus*
24.9.1 Supremo Tribunal Federal

( ) 25. AGRAVO EM EXECUÇÃO
25.1 Conceito
25.2 Noções gerais
25.3 Fundamentos legais (art. 197 c/c o art. 66 da Lei 7.210/1984)
25.4 Aspectos formais
25.5 Efeitos
25.6 Procedimento
25.7 Modelo prático
25.8 Peça prático-profissional da OAB

( ) 26. LIVRAMENTO CONDICIONAL
26.1 Conceito
26.2 Noções gerais
26.2.1 Tramitação
26.3 Fundamento legal e requisitos
26.3.1 Requisitos objetivos
26.3.2 Requisitos subjetivos
26.3.3 Concessão do livramento, condições e revogação
26.4 Aspectos formais
26.5 Modelo prático
26.6 Casos práticos

PARTE III – Questões Discursivas da OAB

( ) QUESTÕES DISCURSIVAS DA OAB

II Exame OAB Unificado – 2010.2
III Exame OAB Unificado – 2010.3
IV Exame OAB Unificado
V Exame OAB Unificado
VI Exame OAB Unificado
VII Exame OAB Unificado
VIII Exame OAB Unificado
IX Exame OAB Unificado
X Exame OAB Unificado
XI Exame OAB Unificado
XII Exame OAB Unificado
XIII Exame OAB Unificado
XIV Exame OAB Unificado
XV Exame OAB Unificado
XVI Exame OAB Unificado
XVII Exame OAB Unificado
XVIII Exame OAB Unificado

ANEXO – Súmulas Comentadas do STF e do STJ em Matéria Penal

( ) 1. SÚMULAS COMENTADAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
1.1 Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal em Matéria Penal

( ) 2. SÚMULAS COMENTADAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Referências Bibliográficas